



EDITORA



UnB

LITERATURAS DE RESISTÊNCIA E TRADUÇÃO

Norma Diana Hamilton





Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA

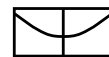


UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)
: Ana Flávia Magalhães Pinto
: Andrey Rosenthal Schlee
: César Lignelli
: Fernando César Lima Leite
: Gabriela Neves Delgado
: Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
: Liliane de Almeida Maia
: Mônica Celeida Rabelo Nogueira
: Roberto Brandão Cavalcanti
: Sely Maria de Souza Costa

EDITORA



UnB

Literaturas de resistência e tradução

Norma Diana Hamilton



	Equipe do projeto de extensão – Oficina de edição de obras digitais
Coordenação geral	Thiago Affonso Silva de Almeida
Consultora de produção editorial	Marília Carolina de Moraes Florindo
Coordenação de revisão	Denise Pimenta de Oliveira
Coordenação de design	Cláudia Barbosa Dias
Revisão	Julia Neves
Diagramação	Beatriz Parente Barreto de Abreu
Foto de capa	Arte sobre foto de Norma Diana Hamilton

© 2023 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
 Editora Universidade de Brasília
 Centro de Vivência, Bloco A - 2ª etapa, 1º andar
 Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
 CEP: 70910-900
 Site: www.editora.unb.br
 E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UnB)

L776 Literaturas de resistência e tradução [recurso eletrônico] / [organizadora] Norma Diana Hamilton. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2024.
 203 p. – (Série Ensino de Graduação).

Formato PDF.
 ISBN 978-65-5846-058-9.

1. Literatura. 2. Tradução e interpretação. 3. Interseccionalidade (Sociologia). 4. Poesia. I. Hamilton, Norma Diana (org.). II. Série.

CDU 81'255.4

Dedicamos este livro à professora Cintia Schwantes, que tem um lugar especial em nossos corações. Intelectual esforçada, ela contribuiu com um capítulo nesta coletânea, lendo e revisando o texto até os últimos dias conosco. Mãe carinhosa e professora com um ótimo senso de humor, criticava de forma espontânea as coisas que não funcionavam. "Knock yourself out!" era uma de suas expressões mais comuns quando permitia que suas/seus estudantes realizassem algo desejado. Com um sorriso sempre no rosto, acalmava-nos quando as coisas se complicavam. Nós, professoras/es, colegas e estudantes, sentimos muito sua falta. Que ela fique com Deus, enquanto nós ficamos com os ensinamentos e as boas lembranças dela.

Sumário

Apresentação 9

Reexistência nos romances de escritoras afro-brasileiras contemporâneas 15

Adélia Mathias

A resignificação como resistência em *Deus ajude essa criança*, de Toni Morrison 29

Norma Diana Hamilton

A resistência do drama de Suzan-Lori Parks 45

Annemeire Araújo de Lima

Tradição e inovação em *Os ratos*, de Dyonélio Machado 59

Franciele Barboza Neves e Danglei de Castro Pereira

Os limites das poéticas da forma 77

Cíntia Schwantes

A palavra poética como necessidade na nova geração da poesia angolana 85

Kaio Carmona

No reino de gaza: *Gungunhana*, romance histórico moçambicano de Ungulani Ba Ka Khosa 95

Edvaldo A. Bergamo

O diálogo histórico e político em *Bent*, de Martin Sherman 111

Lajosy Silva

A dupla responsabilidade autor-tradutor em *Amada*, de Toni Morrison 127

Alexandre Marcelino Viana de Siqueira e Norma Diana Hamilton

A representação da violência colonial em *The house of hunger*, de Dambudzo Marechera e uma proposta de tradução 147

Talita Alves Oliveira e Norma Diana Hamilton

A Jamaica no palco: sugestões para a tradução de *At what a price*, de Una Marson 163

Ian Alexander

Pedagogopoesia como resistência em *Sociedade é construção*, de Luciene Nascimento: uma proposta de tradução para inglês 179

Norma Diana Hamilton

Últimas palavras ao(à) leitor(a) 197

Sobre as(os) autoras(es) 199

No reino de Gaza: *Gungunhana*, romance histórico moçambicano de Ungulani Ba Ka Khosa

Edvaldo A. Bergamo

Considerações iniciais

Os emblemáticos anos 60 e 70 do século XX estabeleceram um marco epistemológico significativo em diversos aspectos do conhecimento humano-científico, propiciando a ruptura em múltiplos campos da vida social, cultural, política e econômica em dimensão global. São patentes, por exemplo, o rompimento de paradigmas tradicionais concernentes ao antigo processo europeu de colonização e a ação emergente dos povos subalternos, subjugados e em luta pela liberação de imensas regiões ocupadas, uma atuação manifestadamente questionadora que caminhou em estreita correlação com as novas concepções historiográficas vigentes e em ascensão, vindo a influenciar, de modo decisivo, a reconfiguração da forma literária do romance de extração histórica, atinente ao passado colonial de dominação dos trópicos e à experiência relativamente recente de desocupação de enormes extensões de terra a sul, submetida pela máquina mercante a norte do hemisfério.

Sob tais influxos estéticos e ideológicos, o romance histórico pós-colonial caracteriza-se pela representação desconcertante de contradições de um tempo de possessão duradouro que ainda reverbera numa coetaneidade instada ao futuro. Destarte, nosso escopo neste capítulo é analisar a obra *Gungunhana* (2017), do respeitado escritor moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa (1957) acercando-nos das personagens protagonistas, o célebre e polêmico imperador e suas insignes esposas, entre o confronto, o exílio e o retorno, como tipos históricos estimulantes, cujas ações são derivadas da acalentada resistência anticolonial em parte considerável do território que hoje corresponde a Moçambique. Trata-se de sujeitos notórios que dão a ver, pela ótica corrosiva de uma narração contundente, o equacionamento da memória pública atuante, ao realçar a dimensão coletiva da reminiscência

contemporânea de (re)conhecidos agentes tutelares do passado africano e ao ponderar, em especial, sobre as relações assimétricas que conformaram o sistema-mundo capitalista moderno, assinalado pelo embate dialético entre exploradores e explorados, dominadores e dominados, opressores e oprimidos.

A formação da literatura de Moçambique

Em conformidade com Fonseca (2008), os movimentos literários moçambicanos despontam em conjuntura histórico-artística relativamente tardia. O início da produção literária encontrou inúmeras dificuldades, tais como os custos, os empecilhos de publicação (censura e controle colonial), e até mesmo o número reduzido de leitores em razão da alfabetização restrita a certas camadas sociais, entendida aqui como educação escolar. Mesmo assim, a imprensa em Moçambique surge com importante papel na divulgação da literatura e na promoção das ideias contrárias ao ultracolonialismo. As revistas e jornais foram de suma importância representativa na ação de ruptura, de contestação do ideário de uma literatura de configuração colonial pautada pelo exotismo, pela objetificação e pela alienação do outro. Tais periódicos expressavam o interesse na valorização da cultura autóctone com, por exemplo, a publicação de poemas de resistência e de enfrentamento ao colonialismo e com o acolhimento de temas africanistas advindos de outras paragens, pois estudantes da diáspora negra, mas não só, entraram em contato com o panafricanismo estadunidense (início do século XX), o movimento francês da negritude (década de 1940), a corrente modernista brasileira (décadas de 1920 e 1930), o teatro experimental do negro do Brasil (década de 1950), entre outras tendências culturais inovadoras.

O consórcio de agentes políticos e culturais colaborou decisivamente para que Moçambique se inscrevesse no processo histórico de desocupação, de libertação do território então submetido, tomando parte ativa na conjuntura independentista africana do pós-segunda grande guerra. Um desses grupos é a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) que, a partir de 1964, deu início à luta armada em modo de guerrilha, com ações intempestivas e espalhadas, com o objetivo de tornar independente aquela área do Índico sob o domínio luso. O projeto era robustecer a conquista das chamadas regiões mais afastadas dos centros urbanos e litorâneos, já em processo de liberação, mais a norte do país, circunscrições que estariam sob a influência e administração do futuro coletivo no poder, sem a interferência portuguesa direta. O centralismo do referido partido que ainda hoje detém a governança do país, deu ensejo a grandes controvérsias políticas, como o projeto de identidade nacional uníssona, o combate ao tribalismo, os campos de reeducação, a implantação do “socialismo real”, as disputas internas pelo poder entre facções, espelhando historicamente a condição de Moçambique como espaço em disputa desde tempos imemoriais. Muitos escritores participaram politicamente/intelectualmente desse movimento de contestação do jugo colonialista e de afirmação da identidade nacional, como o poeta José Craveirinha e o contista Luís Bernardo Honwana, entre muitos outros autores representativos.

Na igualmente importante frente de resistência cultural no século XX, em Moçambique, periódicos de destaque são *O africano* e *O brado africano*, célebres jornais que agruparam escritores e militantes (assimilados ou não) por afinidades e semelhanças nas linhas ideológicas e estéticas que contribuíssem para definir uma literatura vinculada ao território em contenda. Essas publicações acentuaram o real problema da colonização e as respectivas consequências específicas para a almejada nação. Era necessário levar adiante a tarefa árdua de figurar e transfigurar a nação vindoura, bastante dificultada pelo sistema colonial da época. Os intelectuais empenhados tinham o intuito de denunciar os entraves, delinear soluções e preparar um novo caminho de autodeterminação, para que se pudesse começar a traçar o futuro daquele país na costa do Índico. Os incipientes meios de comunicação foram não só propagadores de cultura viva que se manifestavam altissonantes, como também meios de difusão pioneiros na batalha da dignificação de uma tradição nacional e no estímulo constante e crescente dado aos jovens artistas, de tal modo que o periodismo deve ser considerado suporte decisivo para um movimento artístico autóctone relevante na colônia, depois província ultramarina, e finalmente nação de Moçambique. Conseguiram afrontar, durante anos, todo o tipo de provações, perseguições e tentativas de descrédito levadas a cabo pelo império colonial, na persistente e anunciada tarefa de conscientizar a população e abrir passagem para que a moçambicanidade esperada se cumprisse.

Dessa maneira, a emancipação da literatura moçambicana continua a ostentar o seu caráter empenhado, mesmo após a obtenção da soberania política e cultural, de modo que a poesia e a prosa, especialmente, seguem atentas na figuração estética às demandas da ancestralidade, da colonialidade e da contemporaneidade. E outras e novas inquições surgem, como as questões de gênero e raça, os desmandos das elites locais, a multiplicidade linguística, em estreita correlação na atualidade com a geopolítica transcultural do Índico, nas manifestações avultadas de alteridades proeminentes de uma geografia de identidades em movimento e mutação nessa circunscrição. A literatura então empreendida na “comarca” da “pérola do Índico” (e também na diáspora) trata de ressaltar as especificidades do particularismo, do localismo em diapasão internacionalista, estabelecendo como meta configurar um produto estético que legitima a nação imaginada enquanto história e sociedade, encenando seus próprios conflitos, entre avanços e retrocessos. A tradição oral, a memória ancestral, as línguas nacionais, as variantes do português moçambicano, os diversos gêneros literários importados – como o próprio romance e sua inventividade (forma europeia e matéria africana) –, as ideologias políticas em competição, a questão racial e as divisões internas (tribalismo), o desequilíbrio econômico e social, o analfabetismo, o elitismo, o rural e o urbano, o arcaico e o moderno, a tradição e a inovação, o atraso e o progresso, entre muitos outros fatores, conformam os desafios concernentes à arte literária no sentido de “sonhar acordado” os novos horizontes de Moçambique, vislumbrados como notável espaço africano de liberdade e de humanismo. São todos componentes cruciais que entram no andamento complexo de formação e de consolidação da literatura moçambicana, de sua efetiva independência, com desdobramentos perceptíveis ainda na contemporaneidade.

O romance e o romance histórico em Moçambique

Em consenso com Franzin (2021) e retomando Leite *et al.* (2022), defendemos que o romance, mesmo transplantado para a África em razão da colonização intensiva, desenvolveu-se notavelmente antes (virada dos séculos XIX e XX), mas principalmente durante as lutas pela independência irrestrita (segunda metade do século XX) das nações submetidas ao tacão imperialista. Tem demonstrado grande originalidade estética com o aproveitamento e a incorporação das narrativas vocais africanas (oralidade e romance), consolidando-se como gênero literário singular naquele continente, sob os múltiplos aspectos detectáveis, em vista principalmente das importantes correlações entre a configuração romanesca e as poéticas verbais. Desse modo, os romances africanos escritos em uma variedade de línguas, com interferências linguísticas majoritariamente de origem europeia por apropriação autóctone – sem esquecer os autores que escrevem nas inúmeras línguas originárias –, dão a ver as diversas dimensões da realidade regional, nacional e internacional em que as obras foram produzidas, realizando uma ponte entre múltiplas culturas, locais e adventícias, num profundo intercâmbio e interação, possibilitados pela forma aberta e inacabada do gênero em foco, ou, em sua maioria, mas não só sob a modelagem disruptiva da ficção pré e pós-independência.

O romance africano, como produto estético de uma contínua transculturação cultural, articula a tradição oral africana e a forma literária europeia implicada, fazendo com que haja dupla tradição: o legado colonial imposto em contraponto à obstinada cultura africana, num tensionamento entre oralidade, mito e identidade. Sendo assim, os romances tendem a retratar a história pré-colonial, colonial e pós-colonial, evidenciando a multitemporalidade africana, pois as obras romanescas lidam com experiências do passado, com a memória oral, a história colonizada, a desagregação e reconstituição social, a opressão racial e social, entre muitos outros fatores, e ainda as crises econômicas, as perseguições políticas e étnicas, a condição diaspórica, na intenção projetada artisticamente de ressaltar a desagregação social africana, bem como o processo de reconstituição social em contextos históricos caracterizados por sociedades oriundas de uma ordem imperial nefasta. Tudo isso evidencia o romance como uma forma literária adequada para problematizar um processo histórico caracterizado pelas permanências e instabilidades, retrocessos e avanços, continuidades e transformações.

Uma premissa básica a respeito do romance africano é o fato de ele ter sido transplantado da tradição literária ocidental para a realidade multiforme do continente africano. Essa aclimatação do gênero ao continente africano criou as condições formais para as mudanças que colocaram em xeque os paradigmas ocidentais cristalizados. Sendo um gênero caracterizado basicamente por seu potencial de mutação, variação e incorporação de outras formas e linguagens artísticas, a incorporação criativa do arquivo das narrativas orais africanas possibilitou ampla renovação da forma literária em questão, permitindo a revitalização e ressignificação do gênero romanesco no continente, ao lançar mão de estratégias discursivas que entrelaçam paródia, pastiche e ironia (arquivo colonial moderno × arquivo oral ancestral), entre muitos outros recursos estruturais e fabulares elegíveis, para dar voz e vez

às especificidades históricas, sociais, linguísticas e culturais africanas. As cosmografias e cosmogonias africanas em contraste com o referencial ocidental-europeu sobressalente, também são vestígios de importantes transformações no modo de entendimento da ficção narrativa moderna em apreciação. Dessa maneira, a produção romanesca africana impulsiona a ampliação e a reavaliação do repertório transcultural disponível, no intuito de buscar novos modos de figuração e de interpretação de realidades plurais, sendo essa forma narrativa um dos gêneros literários de maior vigor inventivo na contemporaneidade, destacadamente em África. Afirmam estudiosos do romance africano:

no romance pós-colonial, a hibridização está intimamente ligada ao encontro (ou confronto) entre culturas, inicialmente possibilitado pelo processo de colonização. O choque do enfrentamento entre colonizadores e colonizados, com suas respectivas concepções de mundo, não se restringiu às inter-relações pessoais ou políticas, mas também se irradiou para a forma literária, transformando-a num híbrido entre visões, posições e questionamentos distintos. Com o fim da colonização, esses choques culturais continuaram se efetivando na mentalidade dos indivíduos e em suas manifestações artísticas de formas cada vez mais intensas, dadas pelos trânsitos, deslocamentos e posicionamentos transformados nas novas condições políticas e sociais. [...] As falas e cosmovisões de opressores e oprimidos no momento da colonização se embatiam através da ironia, que não deve ser entendida aqui como um simples distanciamento, mas principalmente como uma negociação tensa de valores e significados. Como o resultado implicava uma visão de mundo diferente daquela originalmente mantida por ambas as instâncias, esse fenômeno não teve seu esgotamento com o término da situação colonial. Ao contrário, o processo de renovação do romance pós-colonial tem implicado produções cada vez mais complexas na atualidade (Carbonieri; Freitas; Silva, 2013, p. 8-9).

Em vista da aclimação do gênero ao continente africano, o romance histórico é tido igualmente como uma forma híbrida de dupla tradição: a autóctone e europeia, sendo a segunda reprodutora de valores e ideias das sociedades coloniais estrangeiras, tal como a primeira dos méritos e conceitos das sociedades locais, consoante Anderson (2007) e Booker (2009). Espelha um processo de transculturação e de tensão cultural, em que o legado oral e ancestral atravessa a forma literária importada, fazendo com que haja dupla reminiscência: o legado colonial em contraposição à resistência da cultura originária. Em concordância com Elena Brugioni (2016, p. 35):

procurando desenvolver uma reflexão situada em torno da relação entre história e representação em contextos habitual e problematicamente definidos como pós-coloniais, torna-se necessário abordar alguns dos conceitos subjacentes e apontados pela própria categoria literária do romance histórico, procurando, deste modo, ilustrar as articulações conceptuais e os paradigmas críticos que pautam esta problematização no âmbito das Humanidades, e assim refletir em torno da fisionomia estética e do significado político e conceptual do passado nas representações literárias contemporâneas, com particular enfoque em textos e representações inscritos nas chamadas literaturas pós-coloniais.

Os romances históricos aludidos retratam o período pré-colonial, colonial e pós-colonial, e apresentam o transcurso africano como um tempo dilatado em intenso movimento, abordando a ancestralidade, a colonialidade e a contemporaneidade. Nos romances de extração histórica, enfocam-se as experiências do passado, como por exemplo a memória oral, o arquivo colonial, a desagregação cultural, a reconstituição comunitária, a opressão racial, bem como aspectos pertinentes das formações sociais africanas, entre eles as crises econômicas, as perseguições políticas e étnicas, a agitação da descolonização material e mental, no intuito de sublinhar as transformações memoráveis resultantes de circunstâncias oriundas da ordem (neo)colonial persistente.

O romance histórico na África realça, por conseguinte, a expressividade de uma forma literária de aversão colonial e de afirmação pós-colonial, englobando radicalidade política, compromisso social e consciência crítica acerca de sociedades em intensas mudanças. Dessa maneira, as literaturas do continente são também uma ação de combate intelectual, tanto estético quanto ideológico; uma figuração narrativa avessa aos estereótipos culturais de índole neocolonial. São obras que não só exercitam o espírito questionador inquebrantável ao ostentar refutação pública ao legado e aos danos da ocupação colonial, como também refletem sobre os impasses contemporâneos das sociedades em apreço, provenientes de uma ordem subalterna implacável. Abordam igualmente os conflitos sociais, raciais, bélicos e étnicos das coletividades no espaço de origem propriamente dito, assim como na cena da dispersão diaspórica, desafiando os limites duráveis de submissão e de sujeição e prospectando os instrumentos de contraposição e de superação de percalços seculares que insistem em permanecer ao abrigo de diversas modalidades insidiosas. São, de se notar, formas literárias interessadas nos tempos idos, que jamais se desvinculam dos impasses do presente, tendo em vista “o que elas traduzem, essencialmente, é a experiência da derrota – a história do que deu errado no continente, a despeito do heroísmo, lirismo e colorido [...]” (Anderson, 2007, p. 218). Um diagnóstico teórico-crítico que vai muito além dos problemas característicos da América Latina, visto que são perturbadoramente encontráveis no território africano em circunstâncias análogas.

Gungunhana: um potentado africano controverso

Moçambique é uma nação africana assinalada por um quadro político, social, cultural, econômico e linguístico deveras intrincado que, vindo de um passado distante, alcança a contemporaneidade; um panorama multifacetado que se reflete em especial na produção romanesca de extração histórica da era pós-independência, caracterizada por uma arena ideológica espinhosa, como assegura Cabaço (2009). Nessa conjuntura, destaca-se uma figura emblemática de antanho que se torna personagem relevante do campo literário e da arena política neste país da África Austral: Gungunhana. O historiador José Capela, assim, traceja o contexto do assédio imperialista no qual se insere o afamado patriarca:

no dealbar do século XX o centro e o norte de Moçambique estavam em vias de ficar subordinados à administração das companhias majestáticas e de plantação e o sul, abatido o último grande império, o de Gaza, passava de uma administração militar de ocupação para uma administração colonial civil que, sob um regime policial, de intensidade variável ao longo do tempo, se manteria até à independência. Por todo o território as populações passaram a ser acossadas para o fornecimento de mão de obra, já não escrava, mas compelida, para as plantações, para a agroindústria, para as obras públicas, para os portos e caminhos de ferro. No sul, estabeleceu-se uma emigração maciça de trabalhadores para África do Sul. Tendo-se formado grandes massas de trabalhadores tanto dentro como fora da colónia, nem por isso estas profundas transformações sociais e iniciadas em finais do século XIX projectaram uma burguesia e um proletariado capacitados para criarem as condições susceptíveis de subtrair Moçambique à condição mais intrínseca de colónia que viria a ser a sua, nas três primeiras décadas da centúria seguinte (Capela, 2000, p. 133).

Gungunhana (1850-1906) dedicou-se à consolidação do seu poder e à expansão do Império de Gaza. Manteve o estilo violento herdado do pai, conduzindo com mão de ferro a sua corte em constantes investidas expansionistas, percorrendo incessantemente o território que dominava com o exercício da força bruta. À época, era crescente a pressão europeia sobre tal região: portugueses, ingleses e africanos lutavam pelo controle da jurisdição. Em vista disso, aumentou em proporção desmesurada o número de expedições europeias para a exploração da zona, objeto de enorme cobiça, pois era cada vez maior o número de missionários e de comerciantes estrangeiros nas terras ambicionadas. Governando um território imenso, o seu reinado coincidiu com um momento crítico para a África, a partilha do continente pelas nações europeias imperialistas, com a realização das Conferências de Berlim (1883-1885). Foi também uma inaudita oportunidade para portugueses reforçarem a presença na área, junto aos angones, como então eram designados os grupos étnicos em torno do monarca. Diante das progressivas exigências e o amplo número de adventícios em suas possessões, vê-se ameaçado, num equilíbrio precário entre as diversas forças em contenda, notadamente a portuguesa e a britânica, e a permanente ameaça de cizânia interna. Portugueses, ingleses, colonos sul-africanos e representantes das companhias concessionárias procuram atrair, por diversas estratégias, o maior, em razão de abissais interesses espúrios. Para Maria da Conceição Vilhena (1996, p. 209-210):

é certo que Gungunhana se tornou mais tarde num mito nascido das necessidades africanas, geradoras de uma espécie de ascendência em relação àqueles que o rodeavam. Todavia, no seu tempo, Gungunhana iludiu e desiludiu. Foi exibição ostensiva de superioridade e, como tal, esperança de proteção. Mas foi também causa de temor e rebelião, por procedimentos controversos. Com astuciosa ingenuidade, caiu nas suas próprias manhas. Embaraços, desaires, cumplicidade de africanos e europeus. Perplexos, os régulos seus vassalos assistiram à sua queda. Perplexos mas satisfeitos, Gungunhana foi vítima de uma hábil manipulação; apesar de todo o talento posto na execução dos seus planos, houve falhas, houve brechas por onde se vislumbrou dissimulação e conluio.

[...]

Gungunhana é assim uma identidade plural, carrasco e vítima, figura política e actor dramático, bárbaro e sedutor, herói ambíguo, ingénuo e violento. Pluralidade que pagaria caro e que o colocaria numa encruzilhada igualmente plural, de muitas cobiças, de que se destacavam de um lado Portugal e do outro a Inglaterra. E isto vinha desde a fundação da nação angune, pois após ter o reino de Gaza entrado numa fase de maior estabilidade, os seus soberanos haviam procurado um relacionamento diplomático com alguns países.

Após a derrota de seu exército, foi constringido a um penoso exílio e morreu isolado no arquipélago dos Açores. Diante do imperialismo europeu, o maioral prestava uma vassalagem ambígua e desconcertante. Entretanto, sua postura caracterizava-se em contexto doméstico por uma aturada tirania que praticava em relação ao seu povo e às demais etnias submetidas, após diversas campanhas belicosas de ampliação de área de influência. Travados intensos e múltiplos combates, entre os quais se destacam os de Marracuene, Mongul e Coolela, o César africano foi derrotado pelas tropas portuguesas e aprisionado em Chaimite pelo capitão Mouzinho de Albuquerque, no ano de 1895, acontecimentos que se tornam registros historiográficos passíveis de interpretações divergentes. Deportado para Lisboa, não mais voltaria ao desmantelado reino de Gaza. Foi primeiramente encarcerado no forte de Monsanto, de onde foi transferido para a ilha de Angra do Heroísmo. Longe das esposas e na companhia de alguns poucos aliados, de primeira hora, foi alfabetizado e convertido ao cristianismo, sendo batizado com o nome de Reynaldo Frederico Gungunhana.

O famigerado autocrata tornou-se um troféu de guerra nas mãos dos colonizadores portugueses no final do século XIX, como certifica Newitt (2009). Foi levado com acólitos ao país ibérico para ser exibido publicamente na metrópole, demonstrando a relevância da proeza bélica que foi destronar o mandatário e soberano autóctone, uma figura histórica de ações dúbias que eram motivo de temor a invasores estrangeiros e mesmo aos súditos sob sua autoridade implacável. Com sua derrocada definitiva, acabava mais um típico Estado do continente negro, que perdurou por muitas décadas e impôs empenhada e ativa oposição aos invasores não apenas aos lusitanos, mas também aos ingleses e aos bôeres da África austral, tornando igualmente *a posteriori* insígnia, símbolo de antagonismo e de pertinácia nas lutas de libertação nacional da segunda metade do último século.

Em 1985, por ocasião das celebrações do décimo aniversário da independência, os supostos restos mortais do monarca foram entregues ao Estado moçambicano, trasladados até Maputo e recebidos numa cerimônia solene em reconhecimento a um herói nacional, cuja urna continua exposta na Fortaleza de Maputo. Em razão das incertezas na localização da campa nos Açores, tanto a imprensa portuguesa quanto a moçambicana levantaram dúvidas sobre a autenticidade das ossadas desenterradas e transportadas ao país índico. Tratou-se, com efeito, de um gesto político de grande força simbólica. Segundo José Luís Lima Garcia (2008, p. 140):

cerca de cem anos depois de Gungunhana se ter tornado o herdeiro do império de Gaza, e, dez anos depois da Independência de Moçambique, o governo da Frelimo retomou a mitificação do líder dos angunes/vátuas, ao

iniciar um processo de rememoração do passado de uma personagem genética que chegou ao sul de Moçambique, proveniente de uma cisão tribal ocasionada nos primórdios do século XIX, quando alguns chefes militares, entre os quais estava Manicusse, avô de Gungunhana, entraram em rota de colisão com Tchaka, o responsável máximo do grupo étnico zulo, e partiram para as terras do Limpopo e do Save.

No imediato pós-independência, a Frelimo, até hoje no poder, incorporou a imagem astuta e controvertida do líder enigmático, que passou a ser vislumbrado como um destemido arauto da descolonização, e a sua derrota, sob intenso combate, como uma luta preambular contra o colonialismo ibero-europeu. Durante o contexto sangrento da Guerra Civil Moçambicana (1977-1992), o impávido monarca permaneceu como ícone distintivo e relevante de outrora para a referida agremiação política que, desde o processo de luta por autonomia concretizado em 1975, esteve a governar o país sob um regime de partido único e de orientação marxista-leninista até 1994. Nesse resgate da memória anticolonial, o antigo cabeça rebelde foi concebido como uma representação imponente de uma identidade nacional em construção, que deveria consubstanciar a unidade na diversidade do mosaico cultural moçambicano.

Sendo assim, o romance histórico em causa a ser examinado a seguir, apresenta uma avaliação crítica severa, uma apreciação estranhada, não somente ao culto à personalidade pública de Gungunhana, mas a todo um projeto político controverso de uma “comunidade imaginada” (Anderson, 2008), que a figura emblemática do maior africano do passado encarnava e que visava a estabelecer uma forte e legítima vinculação com o presente, incitando plausíveis reflexões sobre como o Estado-Nação moçambicano foi pensado, arquitetado em uma conjuntura de afirmação da nacionalidade e de contestação da colonialidade.

***Gungunhana*: retrato ambíguo (um “herói anticolonial” entre mulheres)**

O livro *Gungunhana: Ualalapi e as mulheres do imperador* reúne duas narrativas cunhadas pelo escritor moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa com relativa distância temporal. Na primeira, publicada em 1987, a morte do chefe supremo dos angunes, executada pelo guerreiro Ualalapi, é consumada a mando de seu próprio irmão, Gungunhana, que se torna, na sequência, o imperador de Gaza, um vasto território a sul de Moçambique ainda a ser ocupado pelos europeus. O renomado governante africano é célebre pela relutância que contrapôs aos portugueses nos finais do século XIX, não obstante a narração revelar que o conhecido soberano era um líder cruel e violento, um tirano para os súditos que comandava com truculência. Na segunda, por seu turno, o autor traz de volta a mesma sumidade determinante, mas as protagonistas são as suas mulheres principais, que acompanharam o monarca ao exílio até Lisboa e retornam a Moçambique, após 15 anos de isolamento, solidão e abandono, cumpridos no arquipélago de São Tomé e Príncipe, vítimas do intenso despotismo da ordem colonial.

O condutor da densa fabulação inaugural parece comportar-se como um colecionador de relações históricas, de informações públicas e privadas, recolhendo (in)verdades em jornais, em exposições orais, em sonhos de personagens, em discursos oficiais, na memória coletiva, no relato fantástico, subsídios que asseguram o caráter ficcional polifônico da obra. Constituído de capítulos aparentemente independentes e de organização intercambiável, unidos pelo objetivo de retratar o poderoso e o insurrecto dirigente, o romance descreve a conformação e desenvolvimento de um mito controverso e recidivo na memória nacional moçambicana. “Desse modo, insinua-se a disputa de versões presentes na construção da narrativa histórica que dá corpo ao discurso da nacionalidade” (Chaves, 2018, p. 11).

O concerto de múltiplas perspectivas como princípio narrativo é fundamental na parte intitulada “Ualalapi”. As decisivas epígrafes apresentam ao menos duas faces do magnânimo, descritas por estrangeiros que aportaram naquela região. Ayres d’Ornellas, militar português, observa uma chefia caracterizada por superioridade e lucidez. Já o médico suíço Liengme, missionário protestante, ressalta um alcoólatra inveterado, medonho e diabólico, de políticas dúbias e maliciosas. A primeira narrativa encena inicialmente a ascensão do império de Gaza, marcada por episódios de muitas mortes, sob a batuta do figurão, deposto em circunstâncias controversas pela monarquia portuguesa, sendo enviado de maneira degradante à metrópole, para um exílio permanente. A derrocada do império de Gaza escancara o que permanece ainda hoje em Moçambique: a voracidade do colonialismo português, ao submeter os povos originários daquelas plagas, acaba por solapar sentidos de identidade e de pertença, firmando a instabilidade e o desarranjo no território. Desde então, em gestos individuais ou coletivos de perseverança, a figura de tão controverso líder vem sendo retomada como símbolo de resistência da luta patriótica pela autonomia efetiva, conquistada somente depois de mais um conflito armado que tomou conta do terreno sob o domínio luso e que logo adquiriu contornos fratricidas.

A versão corrente do imperador como herói protonacionalista negligencia sua memorável ação de tirania e de despotismo frente a outros grupos étnicos subjugados em uma violenta política de supremacia local: a face sanguinária do famigerado líder combatido. A narrativa em discussão problematiza ângulos opostos e por tabela complementares no enfoque do monarca africano aludido, de acordo com Afolabi (2010), em estudo sobre as múltiplas perspectivas emergentes do romance de Khosa. Numa ambientação ideológica em que o senso laborioso da libertação é ainda alvissareiro em Moçambique, o autor opta pelo desvendamento de seu protagonista, distanciando a um só passo da idolatria e da iconoclastia e se aproximando da dimensão (des)humanizadora do notável e suposto prócer da independência. Desse modo, evidenciam-se no embate de variantes interpretativas os conflitos internos recorrentes, reforçados outrora pelo colonialismo e mantidos na atualidade nos diversos formatos de neocolonialismos vigentes. Assim, a profusão de relatos tensiona o conhecimento, a recepção dos fatos notórios e explicita as particularidades da constituição ambígua dos mitos políticos fundadores, com reflexos auspiciosos ou nem tanto em diferentes temporalidades.

O escritor insiste na pluralidade formal como exercício inventivo, como reconhecem Leite (2003) e Matusse (1998). O narrador procede como um agenciador de relatos de origem múltipla, que asseguram o caráter ficcional plural da obra. Constituído por seis capítulos independentes e de organização intercambiável, voltados para o retrato sortido do kaiser africano, o livro é um romance de extração histórica que inventaria a configuração de um líder antecipado pela retroversão do passado. Todavia, a abordagem mitologizadora e mistificadora é, no campo narratológico, questionada, embargada pelos testemunhos de encarregados da ordem colonial, pelo racismo institucionalizado e pelas teses científicas em voga à época, aspectos diligentemente indagados na obra literária em causa. A seguinte passagem apresenta a destreza narrativa acerca da ação contestável do mandatário intransigente e incompaciente:

[...] Não vou partilhar o poder. Ele pertence-me desde que nasci do ventre de Lozio, minha mãe, a mulher preferida de Muzila. E serei temido por todos, porque não me chamarei Mudungazi, mas Ngungunhane, tal como essas profundas furnas onde lançamos os condenados à morte! O medo e o terror ao meu império correrão séculos e séculos e ouvir-se-ão em terras por vocês nunca sonhadas! Por isso, meus guerreiros, aguçai as lanças. Teremos de limpar, o mais urgente possível, o atalho por onde caminharemos, para que não possamos tropeçar com possíveis escolhos (Khosa, 2018, p. 34).

As particularidades admiráveis do feminino, por sua vez, são bem mais exploradas no relato seguinte: “As mulheres do imperador”. Como o próprio subtítulo antecipa, centra-se na trajetória das sete proeminentes esposas do magnata, separadas do marido e expatriadas arbitrariamente. Complementando o retrato do chefe supremo, agora o protagonismo deixa de ser dele e é cedido a elas, em consonância à diversidade de prismas que guiou a narrativa precedente. As prevaletentes consortes são obrigadas a deixar a região natal ancestral e tornam do exílio compulsório depois de anos de abandono e de resiliência. Porém, o retorno é incompleto, inconcluso e, ao mesmo tempo, anunciador de mudanças, pois o território originário que havia ficado para trás já não existia como antes. As peculiaridades, as versatilidades do feminino são esquadrihadas, complementando o retrato do prócer, agora que a ênfase recai sobre a trajetória tumultuada de mulheres outrora notáveis, e não mais na ocasião da volta à terra originária, em conformidade com a perspectiva múltipla que guiou a narrativa anterior. Por veredito alheio, elas deixaram o império de Gaza e agora regressam do exílio desolador; não obstante, a volta é truncada, imprecisa, inacabada, dado que o antigo território apresenta outra conformação, de desenho ostensivamente imperialista predatório. No lugar de antanho, surge a colônia portuguesa da África oriental, designadamente um espaço urbano desconhecido e estranho (a capital Lourenço Marques). A chegada das mulheres é considerada irrelevante, pois é ignorada pela opinião pública e contada numa certa atmosfera em surdina. Também o ritmo narrativo parece modificado; se em *Ualalapi* a composição narrativa ecoava como um coral de vozes desconcertantes e

altissonantes, as dicções discrepantes de *As mulheres do imperador* são mais retesadas, em face da condição feminina de eterno desterro a que as personagens foram e estão submetidas.

Atento aos princípios da multiplicidade de vozes do romance moderno, o autor transfere e centra o foco narrativo na trajetória existencial de mulheres errantes, ocupando-se de seus medos, desejos e dificuldades decorrentes do destronamento e do banimento pungentes. Em evidência, aparecem os contrastes e as contradições que as moldam como sujeitos femininos, notadamente as desigualdades e as degradações enfrentadas por questões de raça, classe e gênero, numa cidade colonial que espelha uma cartografia de condições excludentes (espaço urbano de interdição e segregação). Subjugações essas potencializadas durante parte do desterro insular cumprido no Atlântico (arquipélago de São Tomé e Príncipe) pela condição de mulheres de cor, estrangeiras desamparadas em uma coletividade colonial apartada. Em circunstâncias tão deploráveis, o romancista, ao examiná-las pelo ângulo preferencialmente feminino, vai edificando a personalidade complexa de cada esposa com significativa singularidade e dignidade, visto que todas têm suas particularidades deslindadas com o mesmo interesse diegético. Deixam de ser simples objetos do sexismo colonial e patriarcal e se desdobram em agentes históricos da futura nação moçambicana liberta, já que incorporam as sementes da emancipação vindoura nas décadas subsequentes pela ótica da cosmovisão e da cosmogonia africana tradicional.

A violência conjuntural da organização imperialista continua plenamente ativa, destacando-se em tal âmbito a condição deplorável das mulheres negras sob o jugo colonial e patriarcal. Assim, são observadas sob o enfoque da reificação sexual na cidade dividida e ocidentalizada, uma abordagem truculenta perpetuada por gerações, firmando – se como um ponto de intersecção entre as famosas e temidas esposas do “Leão de Gaza”. O regresso a uma terra irreconhecível as impele à negação do próprio passado, ao esquecimento e ao apagamento de suas individualidades, porém o reencontro com as origens tende a ressignificar a identidades dilaceradas pela aproximação, pelo contato e pelo compartilhamento de experiências, temores e recordações, num exemplo de cumplicidade suscitada pelo infortúnio pós-casamento com Gungunhana. Notemos, a título de exemplo, o que pensava delas o governador colonial no cargo à época:

a chegada das pretas já pouco o inquietava. Sentia-se reconfortado, quando à memória emergiam os rostos sem esperança das mulheres daquele que diziam ter sido o “Leão de Gaza”, o grande monarca do Centro e do Sul da colônia de Moçambique, o cruel tirano vátua, como escrevera o assimilado jornalista Albasine. Os rostos sem expressão das pretas cansadas de exílio, e varridas da memória popular, davam certo sossego ao governador. O que o preocupava, no alto da varanda do palácio, era o destino da colônia. Que fazer com essa imensidão de terras e gentes? (Khosha, 2018, p. 191).

As assinaladas consortes apresentam um tipo especial de resignação ao próprio infortúnio que, longe de ser uma debilidade irrefreável, é uma grande potência que as poupa do autoengano

gerado pela arbitrariedade do mundo colonial e as prepara, entretanto, para enfrentar com certa disposição premonitória uma realidade inescapável: o porvir independentista que chegará numa quadra não muito distante. Elas estão muito atentas aos prenúncios contundentes de um novo tempo histórico em gestação, impossíveis de serem contornados e evitados, tornando-se tais ações procedimentos argutos de resistência coletiva. Khosa revela que sempre houve alguma disposição (ir)resoluta, não e tão somente feminina, mas aqui posta em relevo, em contrapor-se ao colonialismo, abafado ou nem tanto, por parte dos futuros cidadãos moçambicanos, ainda que a prepotência do colonizador procurasse interpretá-la como passividade e submissão irremediáveis. E, assim, “essa cartografia do olhar, da memória e da imaginação traz lembranças que escrevem uma história no feminino, uma história que dá voz às mulheres de Ngungunhane, até então esquecidas sob a poeira dos tempos” (Secco, 2018, p. 224).

Considerações finais

O contemporâneo romance moçambicano de conteúdo histórico em questão pode ser observado na atualidade, sob o signo de uma reiterada convocação político-cultural, voltado para um reposicionamento anticolonial e anti-imperial dos meios de expressão da alta literatura, visto que há um projeto estético e ideológico de escrita artística que desvela, no passado, um tempo de confronto e de resiliência, em favor de um estatuto de liberdade e de autonomia, que vai encontrar abrigo efetivo num presente prenunciador de um futuro alvissareiro, entre a utopia e a pós-utopia.

A dialética da colonização (colônia, culto e cultura) é caracterizada por dilemas políticos, econômicos e sociais de contornos próprios, que qualificam múltiplas durações, como avalia Bosi (1992). O romance histórico, por conseguinte, estabelece os vínculos entre a interpretação do passado, a emancipação humana e a inteligibilidade do presente. Tendo em vista que tal forma literária conecta, interliga e correlaciona a colonização e a descolonização como adversidades e incongruências ultrapassáveis, uma forma artística específica associada à estética realista denominada romance histórico pós-colonial visa, então, a estabelecer e a explicitar vinculações camufladas, entrelaçadas, tangenciáveis, que moldam processos e movimentos demasiadamente emaranhados, como informa Said (1995). Assim, temos uma forma narrativa focada em problematizar o passado distante ou próximo e mesmo comprometida em explicitar os subsídios estéticos e ideológicos referentes à particularidade notadamente da colonização portuguesa dos trópicos, pois, sendo expressão de arte que reflete as possibilidades de mudança e instiga a práxis artística inconformada, permite vislumbrar, em seu potente projeto literário de emancipação humana, uma acalentada e contínua perspectiva de superação das complexas teias de relações materiais e intersubjetivas opressivas de longa memória individual e coletiva traumatizante, que pode e deve passar pelo escarpelo lítero-histórico, como afixam Lukács (2011) e McWilliams (2018), injunções recobradas e aferidas pelo romance *Gungunhana*, de Ungulani Ba Ka Khosa.

Referências

AFOLABI, Niyi. *Emerging perspectives on Ungulani Ba Khosa: prophet, trickster and provocateur*. Trenton: Africa World Press, 2010.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Perry. Trajetos de uma forma literária. Tradução de Milton Ohata. *Novos estudos Cebrap*, São Paulo, n. 77, p. 205-220, 2007.

BRUGIONI, Elena. Literaturas africanas comparadas e Oceano Índico. Contrapontos críticos para uma reflexão em torno do romance histórico no Índico africano. *E-Cadernos CES [online]*, Coimbra, n. 36, p. 30-51, 2016.

BOOKER, M. Keith. The African historical novel. In: IRELE, Abiola. *The Cambridge Companion to the African Novel*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 141 – 157.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CAPELA, José. Moçambique no século XIX. In: ALEXANDRE, Valentim (coord.). *O império africano*. Séculos XIX e XX. Lisboa: Colibri, 2000. p. 117-134.

CARBONIERI, Divanize; FREITAS, João Felipe Assis de; SILVA, Sheila Dias da. Rumos do romance africano de língua inglesa na contemporaneidade. *Navegações*, Recife, UFPE, v. 26, n. 01, p. 1-37, 2013.

CHAVES, Rita. Ualalapi: a narrativa e os ciclos. In: KHOSA, Ungulani Ba Ka. *Gungunhana: Ualalapi e as mulheres do imperador*. São Paulo: Kapulana, 2018. p. 9-12.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. *Literaturas africanas de língua portuguesa: percursos da memória e outros trânsitos*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2008.

FRANZIN, Adilson Fernando. *O romance moçambicano: história e mito*. Paris: Sorbonne; São Paulo: USP, 2021.

GARCIA, José Luís Lima. O mito de Gungunhana na ideologia nacionalista de Moçambique. In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (coord.). *Comunidades imaginadas*. Nação e nacionalismos em África. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 131-146.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. *Gungunhana: Ualalapi e as mulheres do imperador*. São Paulo: Kapulana, 2018.

LEITE, Ana Mafalda. *Literaturas africanas e formulações pós-coloniais*. Lisboa: Colibri, 2003.

LEITE, Ana Mafalda; BERGAMO, Edvaldo A.; BRUGIONI, Elena; CANEDO, Rogério. *O romance africano: tensões, conexões, tradições*. Goiânia: Cegraf UFG, 2022.

LUKÁCS, Georgy. *O romance histórico*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATUSSE, Gilberto. *A construção da imagem de moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa*. Maputo: UEM, 1998.

McWILLIAMS, John. *Revolution and the historical novel*. New York: Lexington Books, 2018.

NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Tradução de Lucília Rodrigues e Maria Georgina Segurado. Lisboa: Europa-América, 1997.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SECCO, Carmen Lucia Tindó. As mulheres do imperador: entrelaces de histórias e estórias. *In: KHOSA, Ungulani Ba Ka. Gungunhana: Ualalapi e as mulheres do imperador*. São Paulo: Kapulana, 2018. p. 221-225.

VILHENA, Maria da Conceição. *Gungunhana no seu reino*. Lisboa: Colibri, 1996.

Perguntas para reflexão

1. Quais as características estéticas e ideológicas cardinais do romance histórico moçambicano contemporâneo? Indique os principais autores.
2. Como o romance de Khosa apresenta a figuração literária da personalidade/personagem histórica do imperador Gungunhana e de suas sete principais esposas? Estabeleça os contrastes e as correlações.

Sobre as(os) autoras(es)

Adélia Mathias

Doutora por Fachbereich Translations-, Sprach – und Kulturwissenschaft (FTSK) da Johannes Gutenberg-Universität Mainz, Alemanha. Contato: adeliamathias@gmail.com

Norma Diana Hamilton

Professora adjunta do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução do Instituto de Letras da Universidade de Brasília (UnB). Doutora em Literatura e Práticas Sociais. Cofundadora do Núcleo de Escritoras Pretas – Maria Firmina dos Reis (NEPFIR), registrado no CNPq e vinculado à UnB. Escritora. Autora, dentre outros, do livro de poemas *Pedago-poemas: por uma educação antirracista*. Contato: norma.diana@unb.br

Annemeire Araújo de Lima

Graduada em Letras – Língua Inglesa pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), mestra em Estudos da Linguagem pela mesma instituição e doutora em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB). Atua como docente da rede municipal de Educação e Desportos em Manaus-Amazonas desde 2006, interessando-se academicamente por estudos nas áreas de ensino de línguas, literatura dramática e teatro político. Contato: ennaajuara@gmail.com

Franciele Barboza Neves

Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Professora de língua espanhola na Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul. Contato: francielebarboza2008@hotmail.com

Danglei de Castro Pereira

Doutor em Letras pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP/SJRP. Pesquisador do NEHMS. Professor de literatura brasileira na Universidade de Brasília. Professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Literatura (PósLit-UnB),

no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (UFMS) e no Programa de Pós-Graduação em Letras (UNEMAT/Sinop). Investiga principalmente os seguintes temas: revisão do cânone literário, ensino de literatura e diversidade na literatura do século XIX e sua influência nos dias de hoje. Contato: danglei@unb.br

Cíntia Schwantes

Doutora em Literatura Comparada pela UFRGS/Indiana University atuando nas linhas de pesquisa Representação na literatura contemporânea e Estudos literários comparados. Seus projetos de pesquisa são RPG e representação de gênero, Intertextos e O Outro no processo de formação: o papel da mentora nos romances de formação. Contato: schw@unb.br

Kaio Carmona

Escritor e professor na Universidade Agostinho Neto e no Instituto Guimarães Rosa em Luanda, Angola. Doutor em Estudos Literários pela UFMG. Publicou, entre outros, os livros *Para quando* (Scriptum, 2017), *26 poetas na Belo Horizonte de ontem* (Fino Traço, 2020) e *A casa comum* (Quixote+Do, 2020). Contato: kaiocarmona@hotmail.com

Edvaldo A. Bergamo

Professor Associado de Literatura Portuguesa e de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa do Departamento de Teoria Literária e Literaturas (TEL) do Instituto de Letras (IL) da Universidade de Brasília (UnB). É membro do Programa de Pós-Graduação em Literatura, investigando principalmente os seguintes temas: romance histórico; romance de Jorge Amado; romance de 30; romance neorrealista; romance e autoritarismo; romance e descolonização. Contato: edvaldobergamo@unb.br

Lajosy Silva

Professor adjunto do Departamento de Línguas e Literaturas em Línguas Estrangeiras e do PPGL – Programa de Pós-Graduação, Mestrado, em Letras do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Contato: louis.silva1974@gmail.com

Alexandre Marcelino Viana de Siqueira

Estudante de graduação de Letras Tradução-Inglês da Universidade de Brasília (UnB). Contato: alexandre.siqueira@aluno.unb.br

Talita Alves Oliveira

Graduada em Letras Tradução-Inglês pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora do grupo de pesquisa Tradução Etnográfica e (Po)éticas do Devir. Contato: talitaalves546@gmail.com

Ian Alexander

Professor adjunto do Departamento de Línguas Modernas do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ministra disciplinas de tradução e de literatura anglófono das Américas, da África e da Oceania. Formado em Letras e História pela Universidade de Sidney, Austrália. Doutor em Literatura Comparada pela UFRGS. Autor de quatro romances. Contato: ianalex63@gmail.com

A Editora UnB é filiada à



Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

LITERATURAS DE RESISTÊNCIA E TRADUÇÃO

A literatura de resistência se distingue por sua representação da denúncia contra a opressão. Dessa forma, ela apresenta dupla dimensão: a estética, que mantém a qualidade da literariedade, do belo; e o engajamento social, que instiga reflexões sobre a interação humana e o impacto dos fenômenos do mundo no indivíduo e no coletivo. Em relação à segunda dimensão, a produção literária pode funcionar como um meio de ativismo, pois pode contribuir para a conscientização e a sensibilização de um povo... Convidamos você, leitor(a), a contribuir para a construção de sentidos referentes às literaturas de resistência. Por essa razão, incluímos perguntas voltadas à reflexão, no fim de cada capítulo. Esperamos que continue o debate além deste livro sobre literatura, resistência e tradução, por meio de pesquisas de Pibics, TCCs, ou em conversas do cotidiano.

EDITORA



UnB

